



COMUNIDADES QUILOMBOLAS: INTERSECCIONALIDADE, FEMINISMO NEGRO E RESISTÊNCIAS

Eixo Temático 21 – Interseccionalidades na América Latina: raça, classe, identidade de gênero, sexualidades entre memórias e trajetórias

Valentina Coelho de Souza Ferreira ¹

RESUMO

O presente artigo científico tem como objetivo tratar das comunidades quilombolas no Brasil como espaços de resistência da população negra, repletos de memórias de luta e identidade. Apesar dos desafios históricos e contemporâneos, essas comunidades e as pessoas que vivem nelas têm avançado na busca por reconhecimento e valorização de suas tradições. O trabalho propõe uma revisão bibliográfica de diversos textos que articulam as teorias de diversas autoras, como Angela Davis e bell hooks, para analisar como as estruturas de opressão atuam nos quilombos e explorar as formas de resistência e organização política das mulheres quilombolas neste sentido.

Palavras-chave: Comunidades quilombolas; Mulheres quilombolas; Resistência.

INTRODUÇÃO

As comunidades quilombolas representam um dos principais espaços de resistência da população negra no Brasil, carregando memórias de luta, identidade e pertencimento. Apesar dos inúmeros desafios históricos e contemporâneos, essas comunidades conquistaram avanços significativos em diversas áreas, fortalecendo sua luta por reconhecimento, direitos e valorização de suas tradições.

¹ Assistente Social. Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. Doutoranda em Geografia pela mesma universidade, valentinacsf1@gmail.com.



Oriundas da resistência à opressão, as quilombolas (2006), desafios estruturais que perpetuam desigualdades raciais, de gênero e de classe, mas também preservam a história afro-brasileira de cultura e identidade negra.

As estruturas de opressão racial e de gênero continuam impactando esses territórios, tornando fundamental uma análise interseccional sobre suas realidades. Por isso, este texto versa sobre uma revisão bibliográfica que busca articular as teorias de Lourdes Carril, Daniella Néspoli, Selma Dealdina, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Ochy Curiel, Angela Davis, Sueli Carneiro, Cida Bento, Djamila Ribeiro, bell hooks e María Lugones e, a partir disso, entender como as estruturas de opressão operam dentro dos quilombos, ao mesmo tempo em que são analisadas as formas de resistência e organização política, relacionadas as mulheres quilombolas.

METODOLOGIA

Este trabalho trata de uma revisão bibliográfica. O mesmo artigo foi utilizado para obtenção de nota em uma disciplina do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, campus de Pato Branco.

REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção serão apresentadas as teorias e conceitos-base de cada uma das autoras acima mencionadas e como estas ideias estão relacionadas com as dinâmicas quilombolas.

A interseccionalidade, conceito central na obra de Patricia Hill Collins (2020), destaca como as opressões de raça, gênero e classe se entrecruzam na experiência das mulheres negras, corroborando com María Lugones (2021) que demonstra que a opressão deve ser entendida de maneira relacional, ou seja, não com categorias isoladas, mas como sistemas interligados que moldam a experiência das pessoas.

Segundo Collins (2020), a interseccionalidade desafia a lógica hierárquica e demonstra como diferentes formas de opressão se entrelaçam, criando experiências únicas de marginalização.



Nas comunidades quilombolas, a desigualdade é evidente, pois, como explica Daniella Néspoli (2013) as mulheres frequentemente ocupam posições de liderança, mas enfrentam desafios específicos decorrentes do racismo estrutural e do patriarcado. Portanto, é um fator crucial para compreender as dinâmicas que recaem sobre as mulheres negras, que muitas vezes acumulam responsabilidades comunitárias, sofrem com a invisibilização política e ainda enfrentam o racismo estrutural no acesso a direitos.

Lélia Gonzalez, em "Por um feminismo afro-latino-americano" (2021), enfatiza a importância de um feminismo que contemple as experiências das mulheres negras na América Latina, diferindo do feminismo hegemônico eurocentrado. A autora introduz o conceito de "amefricanidade", evidenciando a resistência cultural das populações negras (Gonzalez, 2021), algo fundamental para entender a vivência dos quilombos.

Este termo ressalta a fusão das culturas africanas com as vivências latino-americanas. Segundo ela, a amefricanidade emerge como uma categoria que nos permite entender a resistência cultural da população negra frente à opressão histórica (Gonzalez, 2021). Nos quilombos, a preservação da cultura e das tradições afro-brasileiras é uma forma de resistência à violência simbólica e ao epistemicídio (Carneiro, 2023).

Gonzalez afirma que a cultura negra no Brasil foi sistematicamente invisibilizada, mas permanece como base essencial da identidade nacional (2021). Essa perspectiva é fundamental para entender a importância da preservação das tradições culturais e práticas ancestrais nos quilombos, como forma de reforçar a identidade.

Cida Bento, em "O Pacto da Branquitude" (2022), argumenta que a branquitude no Brasil se estrutura como um sistema de privilégios que opera de maneira silenciosa e institucionalizada para manter a população negra em situação de subalternidade.

Já Sueli Carneiro, em "Dispositivo de racialidade" (2023), discute como o racismo se estrutura como um sistema de exclusão e violência. Carneiro (2023) afirma que o racismo opera por meio de dispositivos institucionais que reforçam a marginalização da população negra, ou seja, como um dispositivo que regula o acesso aos direitos e à cidadania plena.

Esse conceito é essencial para compreender as barreiras enfrentadas pelas comunidades quilombolas na luta por titulação de terras e reconhecimento de seus



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



direitos. A negação de direitos territoriais, o ataque aos quilombos por meio de grilagens e invasões são expressões desse dispositivo.

Ochy Curiel, em "La nación heterosexual" (2013), problematiza como a heteronormatividade reforça desigualdades de gênero e raça. Ela afirma que o contrato social da modernidade se constrói sobre a base de um regime heterossexual obrigatório (Curiel, 2013). Essa perspectiva é essencial para analisar como as normas de gênero dentro das comunidades podem, em alguns casos, reproduzir a subalternização das mulheres.

Chandra Mohanty em sua obra "Sob Olhos Ocidentais" apresenta uma crítica à homogeneização das experiências das mulheres do Sul Global e destaca a necessidade de compreender as especificidades das lutas femininas em diferentes contextos, importante para valorizar as experiências múltiplas e ponto-chave para qualquer análise que fale sobre/de/com mulheres.

Angela Davis, em "Mulheres, raça e classe" (2016), demonstra como a interseção entre racismo, sexismo e exploração econômica molda a vida das mulheres negras. Davis argumenta que as mulheres negras sempre estiveram na linha de frente da resistência, apesar das condições adversas impostas pela escravidão e pelo capitalismo (Davis, 2016).

Ela aponta que a luta das mulheres negras não pode ser dissociada da luta mais ampla contra o capitalismo e o racismo (Davis, 2016) que, nas comunidades quilombolas, se expressa na reivindicação por acesso à terra, políticas públicas e reconhecimento de sua identidade coletiva e de seu trabalho árduo que extrapola questões de cuidado como lavar, passar e cozinhar dentro das comunidades e atinge questões de disposição para a luta política, participação em reuniões e movimentos sociais.

Davis (2016) nos lembra que a resistência negra é intrinsecamente coletiva e que as mulheres negras, em especial, desempenham um papel fundamental nos processos organizativos dessas comunidades.

Djamila Ribeiro, em "Quem tem medo do feminismo negro?" (2018), reforça, nesse sentido, a importância do feminismo negro como ferramenta fundamental para a compreensão das múltiplas opressões enfrentadas pelas mulheres negras.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade



Ribeiro (2018) destaca que a identidade racializada não apenas denuncia as desigualdades, mas propõe ações concretas para a emancipação das mulheres, a partir da valorização de sua ancestralidade e do reconhecimento de suas contribuições históricas.

Neste contexto, bell hooks, em "Irmãs do Inhamé" (2023), discute a importância da solidariedade entre mulheres negras como uma estratégia de sobrevivência. Para hooks (2023), a sororidade negra não é apenas uma prática afetiva, mas um ato político que desafia as estruturas de poder racistas e patriarcais.

Sendo assim, as reflexões teóricas aqui abordadas não só ajudam a ilustrar as múltiplas formas de opressão enfrentadas pelas populações quilombolas, mas também reforçam a importância de suas conquistas e de reconhecer suas ações como estratégias essenciais de resistência, que vão além da sobrevivência, consolidando-se como um ato político e transformador.

COMUNIDADES QUILOMBOLAS E OS DESAFIOS DA INTERSECCIONALIDADE

As comunidades quilombolas enfrentam desafios estruturais relacionados à terra, à identidade e à cidadania (Carril, 2006). A interseção entre raça, gênero e classe impacta diretamente a vida cotidiana das populações quilombolas, criando barreiras no acesso à saúde, à educação e ao mercado de trabalho.

O racismo institucional perpetua a negação de seus direitos territoriais, reforçando a marginalização social e econômica. Como argumenta Sueli Carneiro (2023), a estrutura racializada do Estado impede a efetiva implementação de políticas públicas voltadas à equidade racial.

A abordagem sobre o "dispositivo de racialidade" ajuda a entender como o Estado nega políticas públicas efetivas para os quilombos, dificultando o acesso à saúde, educação e moradia digna. Segundo Carneiro (2023), a manutenção do racismo estrutural é fundamental para a reprodução das desigualdades que marcam a sociedade brasileira e a exclusão da população negra dos direitos de propriedade reflete a continuidade do colonialismo na estrutura do Estado. Isso reforça a vulnerabilidade dessas comunidades e a necessidade de resistência contínua.

O Brasil historicamente negou a regularização fundiária dos quilombos, gerando insegurança jurídica e vulnerabilidade (Carril, 2006). A negação do direito à terra



Ainda, segundo Bento (2022), o pacto da branquitude funciona como um dispositivo que protege os privilégios raciais ao mesmo tempo que nega a existência de um sistema racializado. No contexto quilombola, essa estrutura se manifesta na negação da titulação de terras, na exclusão das políticas públicas e na perpetuação de uma visão estereotipada sobre essas comunidades como espaços de atraso e passividade, ao invés de territórios de organização política ativa.

A luta das comunidades quilombolas por reconhecimento jurídico e acesso a direitos básicos revela a continuidade do pacto da branquitude. A morosidade das elites e do Estado em garantir políticas efetivas de reparação para essas populações evidencia como o racismo estrutural se mantém operante, dificultando avanços concretos na equidade racial no Brasil.

A problematização da heteronormatividade proposta por Ochy Curiel (2013) também se faz necessária para entender as relações de poder dentro dos quilombos. Essas comunidades são espaços de resistência e preservação da ancestralidade, mas ainda há a reprodução de normas patriarcais e heteronormativas.

O conceito de "nación heterosexual" é relevante para analisar como as normas de gênero também afetam as relações dentro desses grupos tradicionais. Muitas vezes, a luta por reconhecimento e direitos se choca com estruturas patriarcais que reproduzem desigualdades dentro dos próprios territórios.

Nesta linha, as mulheres quilombolas, conforme aponta Selma Dealdina (2020), desempenham um papel central na preservação cultural e na luta por direitos, mas sofrem com a sobreposição de opressões raciais e de gênero. A partir das ideias de Patricia Hill Collins e Angela Davis é possível compreender como essas opressões estruturais impactam suas vidas.

Além de resistirem à opressão racial e econômica, também precisam lidar com a desigualdade de gênero, que se manifesta na sobrecarga de trabalho doméstico e comunitário, na dificuldade de inserção política e, muitas vezes, no silenciamento de suas vozes.

Angela Davis (1981) enfatiza que a luta das mulheres negras sempre esteve associada a movimentos mais amplos de transformação social. No contexto quilombola,



Muitas lideranças quilombolas têm denunciado a destruição ambiental promovida por empresas e latifundiários, destacando como a degradação do meio ambiente impacta diretamente suas formas de vida (Dealdina, 2020).

O feminismo negro, portanto, oferece uma lente analítica essencial para compreender como essas populações constroem alternativas de organização e sobrevivência coletiva, visto que a atuação das mulheres acaba sendo essencial. Muitas das vezes elas tem posições de protagonismo no que diz respeito a lutar por melhores condições de vida e manter viva a identidade (Néspoli, 2013).

No caso das comunidades quilombolas, o feminismo negro aliado a questão da solidariedade se manifesta na criação de redes de apoio, como apontado por bell hooks (2023), nas quais mulheres compartilham conhecimentos ancestrais, organizam formas de resistência e promovem o fortalecimento cultural de suas comunidades.

As práticas de cuidado coletivo, a transmissão de saberes tradicionais e a reivindicação de políticas públicas demonstram como a sororidade negra se materializa nesses territórios. A luta quilombola não é apenas pela posse da terra, mas também pela manutenção de um modo de vida que se opõe à lógica da exploração e do individualismo neoliberal.

PARA NÃO FALAR SOMENTE EM CONTEXTOS DE TENSÃO...

As comunidades quilombolas são símbolos de resistência e triunfo diante de séculos de opressão. Apesar dos desafios históricos, essas comunidades conquistaram importantes avanços sociais, culturais, políticos e econômicos, fortalecendo sua identidade e autonomia.

Neste sentido, as mulheres acabam desempenhando um papel fundamental na organização política e social de suas comunidades. Ribeiro (2018) destaca que as mulheres negras são protagonistas da resistência e transformação social, desafiando um sistema que historicamente as excluiu. Muitas assumem posições de liderança, promovendo o desenvolvimento local, garantindo acesso à educação e saúde, e fortalecendo redes de apoio.



IX Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade

V Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade

V Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero e Sustentabilidade



Projetos liderados por mulheres, fortalecendo o fortalecimento cultural e econômico dos quilombos (Dealdina, 2020). Além disso, o combate à violência de gênero dentro das próprias comunidades tem ganhado espaço nas pautas políticas, garantindo maior segurança e visibilidade para elas.

De acordo com Néspoli (2013) essa presença feminina forte tem sido um dos motores do progresso quilombola, garantindo maior representatividade e avanços concretos em áreas como saúde e educação.

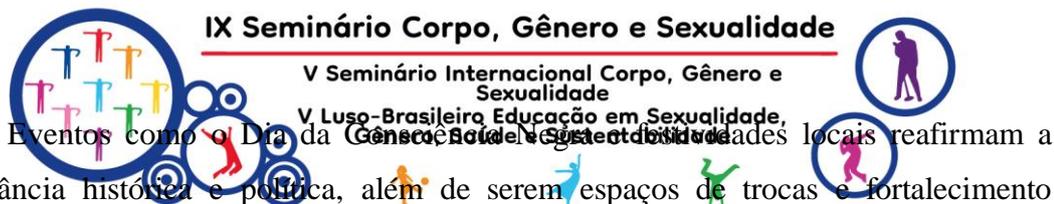
Carneiro (2023) enfatiza a importância da luta política para garantir direitos e dignidade à população negra. Nas últimas décadas, os quilombos conquistaram importantes avanços legais, como a titulação de terras e o reconhecimento constitucional de seus direitos, o que denota que o avanço da luta representa uma vitória coletiva contra a estrutura racista e excludente.

A ampliação de políticas públicas específicas, incluindo programas de habitação, infraestrutura e desenvolvimento sustentável, também representa uma grande vitória na promoção da equidade racial.

Já Collins (2020) aponta que reconhecer e valorizar as diversas formas de identidade fortalece os grupos historicamente marginalizados. No contexto quilombola, essa interseccionalidade se manifesta na crescente valorização de suas tradições, línguas, culinária e cultura. Como a autora afirma, a celebração da identidade negra fortalece a resistência e permite que comunidades oprimidas transformem suas realidades (Collins, 2021).

A cultura destes grupos é um patrimônio imaterial que resiste e se reinventa ao longo dos séculos. hooks (2023) ressalta que a cultura negra é fonte de força e celebração, um espaço onde a resistência se manifesta na arte, na música e nas tradições. A preservação da língua, das práticas espirituais, da culinária e das expressões artísticas é, portanto, uma forma de resistência e celebração.

As manifestações culturais quilombolas não apenas reforçam a identidade comunitária, mas também desafiam narrativas coloniais e racistas que buscam marginalizar essas tradições. Dito isso, existem as ideias de Mohanty (2020) que reforçam a importância da valorização dos saberes locais e da resistência ao colonialismo epistemológico. Para as comunidades quilombolas, essa perspectiva é essencial na preservação de suas tradições e na construção de conhecimento a partir de suas próprias experiências e vivências.



Eventos como o Dia da Consciência Negra e eventos locais reafirmam a importância histórica e política, além de serem espaços de trocas e fortalecimento coletivo. Além disso, muitos quilombos têm sido reconhecidos como patrimônios culturais, garantindo maior valorização e proteção dessas expressões (Néspoli, 2013).

Ainda, a criação de escolas quilombolas e o fortalecimento da educação diferenciada são avanços importantes na garantia de direitos. Ribeiro (2018) argumenta que a educação é uma ferramenta essencial para o empoderamento das populações negras e para a desconstrução do racismo estrutural.

Portanto, o reconhecimento da educação quilombola como um direito garantido permitiu que currículos fossem adaptados à realidade dessas comunidades, promovendo o ensino da história africana e afro-brasileira de maneira mais contextualizada.

Nos últimos anos, avanços significativos foram feitos na implementação de escolas quilombolas, na valorização do ensino afrocentrado e na criação de políticas públicas voltadas à educação quilombola.

Além disso, a mobilização quilombola tem conquistado espaços de representação em conselhos e órgãos governamentais, ampliando sua influência na formulação de políticas públicas (Dealdina, 2020). Essa presença em instâncias de decisão é essencial para garantir que as pautas quilombolas sejam atendidas de forma eficaz e contínua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades quilombolas são espaços de resistência e reafirmação da identidade negra, mas enfrentam desafios estruturais que exigem uma análise interseccional. As teorias das autoras referenciadas oferecem um arcabouço fundamental para compreender as múltiplas opressões que incidem sobre esses territórios e suas populações.

As comunidades quilombolas são espaços fundamentais de resistência negra no Brasil. Entretanto, sua luta não se limita à preservação da memória histórica: trata-se de uma luta contínua por reconhecimento, autonomia e justiça social.

Ela está intrinsecamente conectada a processos mais amplos de enfrentamento ao racismo estrutural, ao patriarcado e à exploração econômica. Portanto, garantir os



direitos das comunidades quilombolas, mas um passo essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

As mesmas ideias trazidas pelas autoras também nos mostram que há resistência ativa e que as mulheres quilombolas desempenham um papel central na luta por justiça social.

As comunidades quilombolas são exemplos vivos de resistência e conquistas, mostrando que a luta por direitos e reconhecimento tem gerado frutos importantes. A titulação de terras, a liderança das mulheres, a preservação cultural e os avanços na educação são motivos de celebração.

A busca por equidade não é apenas marcada pela dor, mas também pela exaltação da identidade, da história, da diversidade e dos avanços educacionais. Portanto, ao celebrar essas vitórias, se reforça a importância de continuar avançando na garantia de direitos para essas comunidades.

REFERÊNCIAS

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: A construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Zahar, 2023.

CARRIL, Lourdes Fátima Bezerra. Quilombo, território e geografia. **Revista Agrária**: São Paulo, nº 3, 2006.

COLLINS, Patricia Hill. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2020.

CURIEL, Ochy. **La nación heterosexual**: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual. Bogotá: Impresol Ediciones, 2013.

DAVIS, Angela Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, Selma. Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. In Selma Dealdina (Org.), **Mulheres quilombolas**: territórios de existências negras femininas, p. 25-44. São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2021.

HOOKS, bell. **Irmãs do inhame**: mulheres negras e autorrecuperação. São Paulo: WMR Martins Fontes Ltda, 2023.



LUGONES, María Peregrinajes: Teorizar una coalición contra múltiples opresiones. Buenos Aires: Del Signo, 2021.

MOHANTY, Chandra Talpade. **Sob olhos ocidentais**. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

NÉSPOLI, Daniella de Souza Santos. **Raízes e sombras**: a resistência na formação da identidade quilombola. 114 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2013. Disponível em <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/7c0cf3f3-c6ac-460a-a115-34c2c61b616e/content>.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.